

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A LÍNGUA TALIAN

LANGUAGE POLICIES AND THE TALIAN LANGUAGE

Aline Pontarolo Heinen*

Loremi Loregian Penkal**

RESUMO: Considerando que a presença e o uso de uma língua é uma questão política, são as políticas linguísticas que determinam que línguas podem ou não ser usadas em determinadas situações, bem como de que forma as línguas são promovidas ou proibidas. Desde o período da colonização, a relação entre as pessoas que aqui nasceram e as pessoas que aqui chegaram é marcada por conflitos de disputa de poder. Neste sentido, este artigo propõe uma abordagem sobre o conceito de políticas linguísticas, contemplando um apanhado histórico acerca da questão, enfatizando momentos que marcaram o cenário político e administrativo do Brasil, bem como ações que influenciaram o uso da(s) língua(s) no país. Além disso, serão evidenciados aspectos relacionados à Língua Talian como exemplo concreto da implementação de políticas linguísticas *in vitro* no decorrer da história.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas linguísticas, Percurso Histórico, Língua Talian.

ABSTRACT: Considering that the presence and use of a language is a political issue, it is language policies that determine which languages can or cannot be used in certain situations, as well as how languages are promoted or prohibited. Since the period of colonization, the relationship between the people who were born here and the people who arrived here has been marked by conflicts over power struggles. In this sense, this article proposes an approach to the concept of language policies, contemplating a historical overview of the issue, emphasizing moments that marked the political and administrative scenario in Brazil, as well as actions that influenced the use of the language(s) in the country. Furthermore, aspects related to the Talian Language will be highlighted as a concrete example of the implementation of *in vitro* language policies throughout history.

KEYWORDS: Language Policies, Historical Path, Talian Language.

* Mestranda no Programa de Pós Graduação em Letras – PPGL UNICENTRO. Graduada em Letras Inglês pela Unicentro (2011). E-mail: alinepheinen@gmail.com

** Doutora em Letras (Linguística), com estágio de pós-doutorado em Sociolinguística (UFPR/PDS-CNPq, 2012) e em Contato Linguístico (UFSC, 2019/2020). Docente da graduação e do *stricto sensu* na UNICENTRO. E-mail: lpenkal@unicentro.br

INTRODUÇÃO

As políticas linguísticas referem-se ao conjunto de decisões e medidas adotadas por governos, instituições e comunidades para regular o uso e a preservação das línguas em determinados contextos sociais, políticos e culturais. Elas desempenham um papel fundamental na promoção da diversidade linguística e na proteção dos direitos linguísticos das minorias. Estas políticas podem abranger uma ampla gama de áreas, desde a educação e o ensino de línguas até a legislação sobre o uso oficial de línguas em instituições governamentais e documentos oficiais. Elas também podem incluir medidas para preservar línguas em perigo de extinção, promover o multilinguismo em ambientes educacionais e profissionais, e garantir a igualdade de oportunidades linguísticas para todos os membros de uma sociedade.

Ao longo da história, as políticas linguísticas têm sido objeto de debates intensos e, muitas vezes, controversos, refletindo as tensões entre a unidade nacional e a diversidade cultural, entre os direitos das majorias e das minorias linguísticas, e entre as necessidades práticas e os valores simbólicos associados às línguas.

Considerando que o estudo acerca do uso da língua envolve, dentre os campos das possibilidades de investigação, a chamada política linguística, pretende-se, neste artigo, discutir sobre o conceito de políticas linguísticas, contemplando um apanhado histórico acerca da questão, e aspectos relacionados à Língua Talian, primeira - e única até o momento - língua de imigração a ser reconhecida como Referência Cultural Brasileira pelo Ministério da Cultura (MinC) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2014.

Para sustentar a discussão proposta, serão utilizados como aporte teórico os conceitos de políticas linguísticas de Calvet (2007), Oliveira (2016) e Rajagopalan (2013). No que se refere ao percurso histórico e à relação com a política linguística no Brasil, bem como com aspectos relacionados às línguas de imigração, serão utilizados conceitos apresentados por Pasinato (2019), Altenhofen (2013) e Oliveira (2004). Já a abordagem acerca da Língua Talian será baseada em estudos promovidos por Loregian-Penkhal e Dal Castel (2023 e no prelo).

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

As políticas linguísticas tratam da relação entre o poder e as línguas, bem como as grandes decisões políticas sobre as línguas e seus usos na sociedade (Calvet, 2007). Neste sentido, políticas linguísticas têm relação com decisões sobre o uso da língua no âmbito mundial, nacional, estadual, municipal e, até, familiar. Por isso, segundo Oliveira (2016), as políticas linguísticas são uma área das políticas públicas. Neste sentido,

[...] a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas com o intuito de conduzir ações concretas de

interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores (Rajagopalan, 2013, p. 21).

Portanto, as políticas linguísticas são responsáveis por conduzir o uso de uma língua e determinar quais línguas podem ou não ser utilizadas em determinadas situações, bem como de que forma as línguas são promovidas ou proibidas. Desta forma, o Estado produz ações acerca de como as línguas deverão ser instrumentalizadas para determinado uso.

Desde o período da colonização, a relação entre as pessoas que aqui nasceram e as pessoas que aqui chegaram é marcada por conflitos de disputa de poder. A língua foi um dos elementos que permeou esses momentos, se não, o principal.

A Língua Portuguesa, segundo Pasinato (2019), começou a circular no Brasil em 1500, com a chegada dos portugueses. De acordo com Altenhofen (2013), o período colonial foi uma fase passiva em relação às línguas no Brasil. A língua, ou ainda, as línguas que predominavam, em solo brasileiro, eram as línguas que os indígenas falavam, que eram mais de 300 línguas diferentes. Diante de tamanha diversidade linguística, foi necessário criar uma estratégia que possibilitasse a comunicação entre o povo nativo e os portugueses. Dessa forma, foi escolhida apenas uma das línguas, a qual foi estudada pelos jesuítas e que foi nomeada como Língua Geral.

Assim, por volta de 1549, deu-se início a uma movimentação para o ensino da língua portuguesa para catequizar os índios. Para isso, utilizou-se um discurso político de salvação, o que serviu como forma de imposição da língua portuguesa.

A partir de 1654, segundo Altenhofen (2013), a relação entre o português e a(s) língua(s) falada(s) no Brasil se modificou, pois houve a vinda de mais portugueses e também de africanos para o trabalho escravo. Com isso, também vieram para o Brasil as línguas africanas, como o Iorubá.

Em 1757, pode-se evidenciar mais uma ação de política linguística no Brasil, em que foi implementada a obrigatoriedade do ensino e o uso do Português no Brasil através da promulgação de um documento chamado Diretório dos Índios, o qual tratava de diversos assuntos, dentre eles a imposição da Língua Portuguesa em todo o território nacional (Sousa e Soares, 2014). Esse diretório foi um projeto de civilização no século XVIII, feito por Sebastião José de Carvalho e Melo e pelo Marquês de Pombal para estabelecer uma ordem social entre os indígenas e colonizadores. Nas palavras de Trouche,

O Diretório, com 95 parágrafos, dadas as suas características de uma carta de princípios e de ações e, pelas circunstâncias históricas, assemelha-se a uma constituição: trata da civilização dos índios; da demarcação de fronteiras; do povoamento; da produção e do comércio de espécies nativas; distribuição de terras para o cultivo; formas de tributação;

relações de trabalho dos índios com os colonos (moradores); edificação de vilas; regras de convívio social entre brancos e índios; casamento e da figura do ‘Diretor’- personagem central que vinha substituir o missionário (Trouche, 2023, n. p.).

Segundo a mesma autora, os parágrafos sexto, sétimo e oitavo referem-se à imposição da língua portuguesa tendo como justificativa o estabelecimento da língua do príncipe aos povos rústicos, que deviam veneração e obediência ao príncipe que os conquistou. A imposição da língua portuguesa era uma questão de preservação da colônia. O diretório foi abolido em 1798, mas a imposição da língua portuguesa permaneceu como obrigatória no ensino.

Em 1808, quando a família real portuguesa chegou ao Brasil, segundo Pasinato (2019), a língua portuguesa é oficializada. Assim, “o imaginário de língua homogênea foi construído em torno do império, de uma língua única que corresponde à língua que o rei falava” (Pasinatto, 2019, p. 12).

Com a independência do Brasil, em 1822, pode-se evidenciar um fortalecimento na instalação da língua portuguesa.

O Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro, tiveram por política, durante quase toda a história, impor o português como a única língua legítima, [...] A política lingüística do Estado sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas) através de deslocamento lingüístico, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa (Oliveira, 2004, p. 27).

No entanto, não foram somente os indígenas que sofreram com a imposição da língua portuguesa, mas também os imigrantes que chegavam ao Brasil por volta de 1850, que “passaram por violenta repressão lingüística e cultural - já que a língua naturalmente é parte da cultura” (Oliveira, 2004, p. 29).

Após a Independência do Brasil, surge um movimento em prol do nacionalismo e começa a discussão acerca de se ter uma língua nacional. Em 1881, pode-se evidenciar a criação da primeira gramática, a *Grammática Portuguesa*, de Júlio Ribeiro que, de acordo com Pasinato:

A “Grammática Portuguesa” de Júlio Ribeiro foi um marco para o início da constituição da gramatização brasileira, visto que funcionou como base para as futuras gramáticas, representando um gesto fundador em relação aos saberes relacionados à língua nacional Brasileira e emancipatório quando às influências gramaticais lusitanas (Pasinatto, 2019, p. 14).

Percebe-se a ideia de implementar o uso de uma língua única – o português brasileiro, baseado na formação de uma identidade brasileira. Este período, chamado de republicano, “foi

caracterizado pelo discurso nacionalista e pela idealização de valores nacionais” (Altenhofen, 2013, p. 108).

Com a intenção de construir uma identidade para o povo brasileiro, a do nacionalismo, ocorre uma política de silenciamento dos falantes de línguas minoritárias, “em especial das línguas alemã e italiana, no período nacionalista entre as duas Guerras Mundiais” (Altenhofen, 2013, p. 109). Diante dos interesses das classes dominantes da época, segundo o mesmo autor, o Estado Novo estabeleceu um processo conhecido como nacionalização do ensino, com a intenção de vedar o destino das línguas de imigração no Brasil.

Mesmo com a Proclamação da República no Brasil, de acordo com Pasinato (2019, p. 16), “os ideais em torno da constituição uma unidade linguística e da identidade nacional prosseguiram”. E tornou-se ainda mais forte com a chegada de Getúlio Vargas ao governo, o qual estabeleceu uma política educacional em que criou uma legislação específica, interditando as línguas dos imigrantes e promovendo campanhas de nacionalização do ensino primário. “O período foi marcado pela interdição de toda a memória discursiva dos imigrantes que viam-se obrigados a falar a língua Portuguesa, num processo de apagamento forçado” (Pasinatto, 2019, p. 16).

Este período ficou conhecido como a Era Vargas e ocorreu entre 1930 e 1945, e pode ser enfatizado como um forte movimento em prol do nacionalismo e que marca proibição do uso das línguas dos imigrantes.

Em 1938, o governo decretou a proibição da publicação de livros didáticos que não fossem escritos em português. A dizimação não parou por aí, houve ainda o fechamento de escolas étnicas, recolhimento de material didático e o cidadão que fosse flagrado utilizando uma língua que não fosse português era preso.

A medida administrativa com relação à(s) língua(s) realizou-se assim por meio de uma política linguística específica, congregando as duas formas da política do silêncio, seja aquela da proibição explícita da prática da língua dos imigrantes, sobretudo no exercício da língua escrita (na escola e na imprensa), seja aquela da proposição de um discurso sobre a língua, que faz com que a sociedade diga x para não dizer y. Sob a primeira forma funcionaram as leis, nos níveis nacional, estadual e municipal, ao lado da fiscalização rigorosa de seu cumprimento. Sob a segunda forma, produziu-se uma intensificação da nacionalização - já anteriormente diversas vezes ensaiada nos “núcleos de colonização estrangeira” - através da Campanha de Nacionalização do Ensino Primário (Payer, 1999, p. 46).

Segundo Oliveira (2004), pode-se evidenciar que este período fortaleceu o processo que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região colonial de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Em suas palavras:

Durante o Estado Novo, mas sobretudo entre 1940 e 1945, o governo ocupou as escolas comunitárias e as desapropriou, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, dentro de suas casas, instaurando uma atmosfera de terror e vergonha que inviabilizou em grande parte a reprodução dessas línguas (Oliveira, 2004, p. 31).

Desta forma, essas línguas eram usadas apenas oralmente e nas zonas rurais, ocasionando o escasso uso da forma escrita e a utilização da língua de imigração pela população que morava na cidade.

Ainda de acordo com Oliveira (2004), no Estado de Santa Catarina foram montados campos de concentração para confinar descendentes de alemães que insistissem em falar suas línguas.

Esse período em que se situa a Era Vargas, no qual Getúlio Vargas estava à frente do governo brasileiro, é descrito historicamente em três fases, sendo a primeira parte chamada de fase provisória (1930-1934), a seguir vem a fase constitucional (1934-1937), seguido pelo período ditatorial (1937-1945), chamado também de Estado Novo. Uma das principais medidas, dentro da política de nacionalização promovida pelo governo, estava relacionada à imprensa, pois era o meio de comunicação bastante significativo para o público imigrante. Segundo Weber (2020, p. 13):

A legislação da Era Vargas, ao combater as línguas estrangeiras na imprensa, tratava de combater ideologias indesejadas pelo regime e de usar a língua portuguesa como modo de sustentar no poder sua própria ideologia – a nacionalista –, especialmente durante o Estado Novo.

Para controlar a imprensa, o governo criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que era responsável por regular o conteúdo divulgado e a língua utilizada, com o intuito de comprometer a imprensa com a causa nacional. Vargas permaneceu no poder até 1945, quando foi forçado a renunciar à presidência e o país inicia uma nova fase, a chamada Quarta República, que durou 21 anos de 1946 a 1964 (Silva, 2024).

Em 1964, inicia-se o período da Ditadura Militar, em que o regime político passa a pertencer ao poder das Forças Armadas, um período marcado por extrema violência e violação dos direitos humanos. Além disso, foi instaurada a censura aos meios de comunicação e à expressão literária e artística da população. O regime civil-militar brasileiro durou de 1964 a 1985, quando ocorreram intensas manifestações, que ficaram conhecidas como Diretas Já. No entanto, com o fim da Ditadura Militar, não aconteceu uma eleição direta, mas foi eleito um presidente para o Brasil.

De acordo com Altenhofen, a partir de 1970 já apareciam os primeiros sinais de políticas de promoção de línguas minoritárias com “a adoção de uma perspectiva bilingue e intercultural” (2013, p. 109), por intermédio da educação escolar indígena.

Com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, pode-se enfatizar a introdução de “um modelo mais inclusivo de cidadania, mais aberto ao reconhecimento da diversidade e da legitimidade das diferenças culturais e linguísticas dos brasileiros” (Oliveira, 2016, p. 3).

Desta forma, o cenário de políticas linguísticas passou a ganhar uma nova conotação. Além disso, outro movimento bastante importante para as questões que envolvem a língua é a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos de 1992:

A situação de cada língua, vistas as considerações prévias, é resultado da confluência e da interação de múltiplos fatores: políticos-jurídicos, ideológicos e históricos, demográficos e territoriais, econômicos e sociais, culturais, lingüísticos e sociolinguísticos, interlinguísticos e subjetivos (Oliveira, 2003, p. 22).

Com isso, outras legislações passaram a contemplar esse movimento, como a Lei das Diretrizes e Bases de 1996, que estabelece a educação escolar bilíngue e intercultural para os povos indígenas e a regulamentação do uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Além disso, em 2006, foi realizado o Seminário de Criação do Livro de Registro das Línguas, que foi promovido pelo IPHAN e motivado “por uma petição da comunidade de falantes de talian reivindicando o reconhecimento de sua língua como patrimônio cultural imaterial do Brasil” (Altenhofen, 2013, p. 110).

Este seminário promoveu a criação de um Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística, para encaminhar as demandas do seminário. Em 2010, é assinado o Decreto nº 7.387 que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (Altenhofen, 2013).

De acordo com Calvet (2007, p. 11), “sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua”. Segundo o mesmo autor, a partir da metade do século XX, surge o termo planejamento linguístico, a partir de uma intervenção normativa de Estado para construir uma identidade nacional na Noruega. Esse conceito abordava problemas linguísticos, discussão que foi expandida por um grupo de pesquisadores entre 1968 e 1969. Com o passar dos anos, outros pesquisadores se dedicaram às discussões acerca do planejamento, que diz respeito à implementação de ações como declarações de proteção acerca dos direitos linguísticos, juntamente com as decisões de poder, a política.

Portanto, por se tratar de uma questão política, as decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade é cercada por conflitos e negociações, pois a língua nunca foi estática, “a história de uma língua está diretamente associada à história das gerações de seus falantes”

(Raso, Mello, Altenhofen, 2011, p. 28). As mudanças quanto ao uso da língua sempre existiram e nem por isso as pessoas deixaram de se comunicar.

Esse movimento na língua pode acontecer de duas formas, sendo pela gestão *in vivo*, segundo Calvet (2007), que está relacionada ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com os quais se confrontam. Assim, a mudança se propaga na prática dos falantes por uma forma de consenso. Ou, ainda, pode acontecer pela gestão *in vitro*, processo em que os “linguistas analisam as situações e as línguas, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, fazem propostas para solucionar o problema e, em seguida, os políticos estudam estas hipóteses e propostas, fazem escolhas e as aplicam” (Calvet, 2007, p. 70). Neste processo, ainda de acordo com Calvet, a mudança é imposta aos falantes. A imposição do uso de uma língua, a gestão *in vitro*, acontece por meio da disposição de leis pelo Estado e, geralmente, tem caráter de repressão.

Durante muitos anos, a língua portuguesa foi imposta como sendo a única forma permitida de uso da língua no país. Assim, as pessoas que utilizavam línguas que não era o português sofreram repressões, geralmente acompanhadas de violência. A língua portuguesa era, e ainda é, considerada uma língua de prestígio. Com isso, muitas línguas que eram utilizadas ficaram com seu uso restrito, permanecendo em um grupo minoritário de pessoas.

LÍNGUAS MINORITÁRIAS

O estudo acerca de políticas linguísticas pode abordar diferentes temáticas, mas, na pesquisa proposta, o foco será as línguas minoritárias. De acordo com Altenhofen (2013, p. 94), línguas minoritárias são “modalidades de línguas ou variedades usadas à margem ou ao lado de uma língua (majoritária) dominante”. Desta forma, trata-se da língua que pertence aos grupos com pouco prestígio social e cultural, pois,

São línguas distintas coexistindo em uma mesma comunidade nacional, estando o português, língua majoritária, a conviver não só com as línguas indígenas, mas também com as línguas dos imigrantes que aqui se fixaram: o polonês, o alemão, o ucraniano, o italiano, o japonês, o coreano, o chinês etc. (Ferraz, 2007, p.45).

Altenhofen (2013) aponta que o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística estabeleceu a categorização das línguas minoritárias nos grupos de: línguas indígenas, variedades dialetais da língua portuguesa, línguas de imigração, línguas de comunidades afro-brasileiras, língua brasileira de sinais e línguas crioulas.

Diante disso, pode-se entender que o Talian pertence ao grupo das línguas minoritárias uma vez que é considerando uma língua de imigração e coexiste com o português em algumas comunidades.

A partir da Constituição de 1988, no artigo 216, que estabelece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, as políticas linguísticas ganharam uma nova conotação, uma que vez que foram incluídas as formas de expressão. Sendo assim, ações passaram a ser desenvolvidas visando ao fortalecimento das línguas minoritárias, como a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que estabelecem a educação escolar bilíngue e intercultural para os povos indígenas, dentre outros movimentos.

Desde então, muitas ações vêm sendo desenvolvidas para a manutenção das línguas minoritárias, como a criação de instituições para salvaguardar este patrimônio imaterial que é a língua. Essas instituições, sem fins lucrativos, têm desenvolvido projetos e ações para a sobrevivência das línguas minoritárias como a associação Kamuri, que desenvolve ações educacionais, ambientais e culturais voltadas à educação escolar indígena, bem como atua na formação de professores. De acordo com informações no site da associação, as práticas e políticas vigentes em favor de línguas minoritárias são poucas e consistem no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), apoio técnico e orçamentário da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e programas de apoio por parte governo, por meio do Ministério da Educação (MEC), mas que estão praticamente encerradas. (KAMURI, 2023)

No Brasil, o instituto que desenvolve projetos de apoio às comunidades de falantes de línguas e variedades linguísticas minoritárias é o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), que desenvolve ações de manutenção e promoção da diversidade linguística, e “é uma instituição sem fins lucrativos, de caráter cultural e educacional, fundada em 1999, com sede em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, que representa os interesses da sociedade civil” (IPOL, 2023).

Ainda de acordo com informações do site do IPOL, o Brasil é um país plurilíngue e “as comunidades linguísticas que integram a cidadania brasileira têm direito a manter suas línguas, culturas e nacionalidades, em conformidade com o que rege a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos” (IPOL, 2023).

Uma das ações dentro de políticas linguísticas é a cooficialização da língua, que consiste em “um documento legislativo que oficializa o direito de uso ao lado da língua oficial e propicia maneiras de dar maior representatividade, visibilidade e vitalidade linguística, afinal, uma vez cooficializada, há o reconhecimento social e político da língua”. (Andrade, 2022, p. 44)

Em outubro de 2022, o IPOL divulgou uma lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros, em que são listadas 13 línguas indígenas em 10 municípios, 9 línguas de imigração em 41 municípios, sendo o Talian, língua cooficial em 18 municípios e, majoritariamente, no Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 1: Línguas Indígenas

Língua	Município	Lei – Ano
Baniwa	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Neengatu	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Tukano	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Ianomami	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 0084/2017
Guarani	Tacuru (MS)	Lei n. 848/2010
Akwê-Xerente	Tocantínea (TO)	Lei n. 411/2012
Macuxi	Bonfim (RR)	Lei n. 211/2014
	Cantá (RR)	Lei n. 281/2015
Wapichana	Bonfim (RR)	Lei n. 211/2014
	Cantá (RR)	Lei n. 281/2015
Mebêngôkre/Kayapó	São Felix do Xingu (PA)	Lei n. 571/2019
Tenetejara/Guajajara	Barra do Corda (MA)	Lei n. 900/2020
Tikuna	Santo Antônio do Içá (AM)	Lei n. 298/2020
Tupi-nheengatu	Monsenhor Tabosa (CE)	Lei n. 13/2021
Terena	Miranda (MS)	Lei n. 1.382/2017 Lei n. 1.417/2019
	10 municípios	

Fonte: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/> Acesso em: 29 set. 2023

Tabela 2: Línguas de Imigração

Língua	Município	Lei – Ano
Pomerano	Pancas (ES)	Lei n. 987/2007
	Laranja da Terra (ES)	Lei n. 510/2008
	Santa Maria de Jetibá (ES)	Lei n. 1.136/2009
	Vila Pavão (ES)	Lei n. 671/2009
	Canguçu (RS)	Lei n. 3.473/2010
	Domingos Martins (ES)	Lei n. 2.356/2011
	Itarana (ES)	Lei n. 1.195/2016
	Pomerode (SC)	Lei n. 2.907/2017
	08 municípios	
Talian	Serafina Corrêa (RS)	Lei n. 2.615/2009
	Flores da Cunha (RS)	Lei n. 3.180/2015

continua

continuação

Língua	Município	Lei – Ano
Talian	Nova Erechim (SC)	Lei n. 1.783/2015
	Nova Roma do Sul (RS)	Lei n. 1.310/2015
	Paráí (RS)	Lei n. 3.122/2015
	Bento Gonçalves (RS)	Lei n. 6.109/2016
	Fagundes Varela (RS)	Lei n. 1.922/2016
	Antônio Prado (RS)	Lei n. 3.017/2016
	Guabiju (RS)	Lei n. 1.315/2016
	Camargo (RS)	Lei n. 1.798/2017
	Caxias do Sul (RS)	Lei n. 8.208/2017
	Ivorá (RS)	Lei n. 1.307/2018
	Pinto Bandeira (RS)	Lei n. 414/ 2019
	Nova Pádua (RS)	Lei n. 1.214/2020
	Ipumirim (SC)	Lei n. 1.868/2020
	Barão (RS)	Lei n. 2.451/2021
	Casca (RS)	Lei n 3.049/2022
	Vila Flores (RS)	Lei no. 2541/2022
	18 municípios	
Alemão	Pomerode (SC)	Lei n. 2.251/2010
	São João do Oeste (SC)	Lei n. 1.685/2016
	2 municípios	
Plattdüütsch/ Sapato de Pau	Westfália (RS)	Lei n. 1.302/2016
	1 município	
Hunsriqueano/Hunsrik	Antônio Carlos (SC)	Lei n. 132/2010
	Barão (RS)	Lei n. 2.451/2021
	Ipumirim (SC)	Lei n. 1.868/2020
	3 municípios	
Dialeto Trentino	Rodeio (SC)	Lei n. 2.156/2020
	1 município	
Plautdietsch	Palmeira (PR)	Lei n. 5.348/2021
	1 município	
Polonês	São Mateus do Sul (PR)	Lei n. 3.043/2021
	Casca (RS)	Lei n. 3.049/2022
	Mallet (PR)	

continua

conclusão

Língua	Município	Lei – Ano
Polonês	Carlos Gomes (RS)	Lei n. 1.618/2022
	Aurea (RS)	Lei n. 2.181/2022
	5 municípios	
Ucraniano	Prudentópolis (PR)	Lei n. 2.479/2022
	Mallet (PR)	
	2 municípios	

Fonte: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/> Acesso em: 29 set. 2023

Quando uma língua se torna cooficial, passa a ser reconhecida de forma jurídica e compartilha o status de oficialidade junto à língua oficial. Esse processo pode acontecer a nível de município, a partir de um projeto de Lei aprovado na câmara de vereadores.

A cooficialização de uma língua contribui para o fortalecimento da língua e esta é uma forma de manter a língua viva. A partir da tabela acima, pode-se verificar a força do Estado do Rio Grande do Sul, o qual contempla o maior número de municípios que tem a língua Talian como cooficial, sendo as cidades de: Serafina Corrêa, Flores da Cunha, Nova Roma do Sul, Paraí, Bento Gonçalves, Fagundes Varela, Antônio Prado, Guabiju, Camargo, Caxias do Sul, Ivorá, Pinto Bandeira, Nova Pádua, Barão, Casca e Vila Flores. Em Santa Catarina, o Talian é língua cooficial em dois municípios: Nova Erechim e Ipumirim.

No Estado do Paraná, o grupo de estudos Centro de Estudos e Talian (CESTA) tem realizado discussões e movimentos para a cooficialização do Talian no município de Colombo, tomando por base as ações de reconhecimento do Talian nos municípios gaúchos e catarinense. (Loregian-Penkal; Stival, 2020).

O processo de cooficialização do Talian será um marco importante para a savaguarda da Língua na comunidade taliana no Estado do Paraná

TALIAN – LÍNGUA DE IMIGRAÇÃO

O Talian é considerado língua de imigração, pois, segundo Mozzillo e Spinassé (2020), o termo língua de imigração é usado para determinar as línguas alóctones, ou seja, língua que não é natural do país, mas surgiu a partir do processo histórico de imigração. Desta forma, essas línguas chegaram ao país, constituíram comunidades de fala e foram sendo passadas de pai para filho, através da prática oral no dia a dia nas comunidades. Já as línguas autóctones são aquelas faladas originalmente em um determinado espaço geográfico, como é o caso, no Brasil, das línguas indígenas.

De acordo com Loregian-Penkhal e Stival (2020), a língua Talian é aquela falada no Brasil por descendentes de italianos e sua base linguística majoritária é o Vêneto, formada pelo contato linguístico com o português brasileiro.

As línguas de imigração, como o Talian, entre outras, por muito tempo foram utilizadas pelos imigrantes assentados em regiões afastadas, ou seja, na zona rural. Portanto, eram pessoas que moravam em pequenas propriedades rurais e tinham como principal atividade econômica a agricultura. Dessa forma, as línguas de imigração foram ligadas ao contexto de classe pobre, do colono, considerado indivíduo sem escolarização e sem cultura. Com isso, as línguas de imigração receberam a conotação de desprestígio e as pessoas que utilizavam essas línguas sofreram preconceitos e, muitas vezes, foram motivos de piada. Essa prática de *coionamento* (chacota) acontece até hoje com as pessoas que possuem marcas de outra(s) língua(s) na fala em língua portuguesa.

A partir da formação da norma-padrão no Brasil, a língua foi tomada como um universo homogêneo e estático e tornou-se um parâmetro para avaliar as línguas estrangeiras trazidas pelos imigrantes (Bueno, 2018). E o uso da língua portuguesa, segundo o mesmo autor, carrega o sotaque e é marcado pela presença de “erros gramaticais”.

Quando as variedades linguísticas e o regionalismo presente na fala das classes mais baixas não são aceitos, ou seja, fogem da norma-padrão, acontece o preconceito linguístico. Segundo Bagno (2014), o preconceito linguístico é todo juízo de valor negativo, sendo de reprovação, repulsa ou desrespeito às variedades linguísticas de menor prestígio social, dirigido às variantes informais e ligadas às classes menos favorecidas.

Neste sentido, muitas línguas de imigração tiveram o uso reduzido, muitos pais deixaram de usar e não passaram para seus filhos. Ainda, a legislação acerca da língua obedece sempre aos interesses de grupos e, geralmente, o interesse político está relacionado às relações de poder. Mas, os grupos minoritários passaram a reagir num movimento de valorização para que suas línguas não se perdessem e ocorresse o apagamento. Estes processos, segundo Mozzillo e Spinassé (2020, p. 7):

[...] não acontecem apenas de maneira inconsciente, mas são, antes de tudo, o resultado das decisões tomadas pelas famílias, isto é, pelas políticas linguísticas familiares, cujo planejamento pode ser explícito ou tácito e se referem ao uso das línguas dentro da casa e entre os membros daquela família.

Muitas famílias deixaram de usar sua língua de imigração por conta das repressões e, com isso, muitos descendentes não aprenderam a língua que constitui a sua identidade. Mas a busca pela continuidade das línguas de imigração e valorização dos elementos culturais que são atravessados pela língua têm despertado simpatizantes para promover pesquisas e ações voltadas à salvaguarda.

A primeira mobilização para a salvaguarda do Talian foi o encontro de radialistas falantes do Talian, em 1996, promovido pela Associação dos Apresentadores de Programas de Rádio em Talian do Brasil (ASSAPRORATABRAS). Este evento era realizado anualmente no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina. Em 2008, a ASSAPRORATABRAS passou a se chamar Associação de Difusores do Talian (ASSODITA) e, de acordo com Morais (2020), o encontro passou a ter um formato ampliado, incluindo a participação de escritores, professores, artistas e militantes da Cultura Taliana.

Também pode-se evidenciar os grupos de pesquisa que atuam de forma geral em análises e reflexões em torno dos processos discursivos de constituição das línguas, como o Grupo de Pesquisa em Políticas Linguísticas Críticas e Direitos Linguísticos (PoLíTicas) e, de modo mais específico, voltado para a língua Talian, pode-se destacar o Centro de Estudos Vênetos no Paraná (CEVEP).

Criado em 2018, o CEVEP agrega pesquisadores de universidades públicas e privadas do Paraná, membros de associações ligadas à promoção cultural e integrantes/ detentores do Talian membros das comunidades pesquisadas. O grupo visa atuar no registro, descrição, valorização, divulgação e difusão do Talian, língua da imigração italiana/de herança formada no contexto nacional (Loregian-Penkak; Stival-Soares, 2020, p. 5).

Desde a formação do CEVEP, pesquisas, estudos e ações vêm sendo desenvolvidas em prol da salvaguarda do Talian falado no Paraná. Estas ações vêm se expandindo para as regiões do Paraná e, certamente, estas pesquisas contribuíram para políticas linguísticas para o fortalecimento das línguas minoritárias.

Cumpre destacar que, em 2023, o CEVEP foi reestruturado e passou a se chamar Centro de Estudos de Talian, CESTA. Tal demanda de reestruturação do grupo deu-se em virtude de contemplar, de forma mais consistente, as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras da UNICENTRO, bem como para contemplar a descrição da Língua Talian, de suas variedades e a Cultura Taliana.

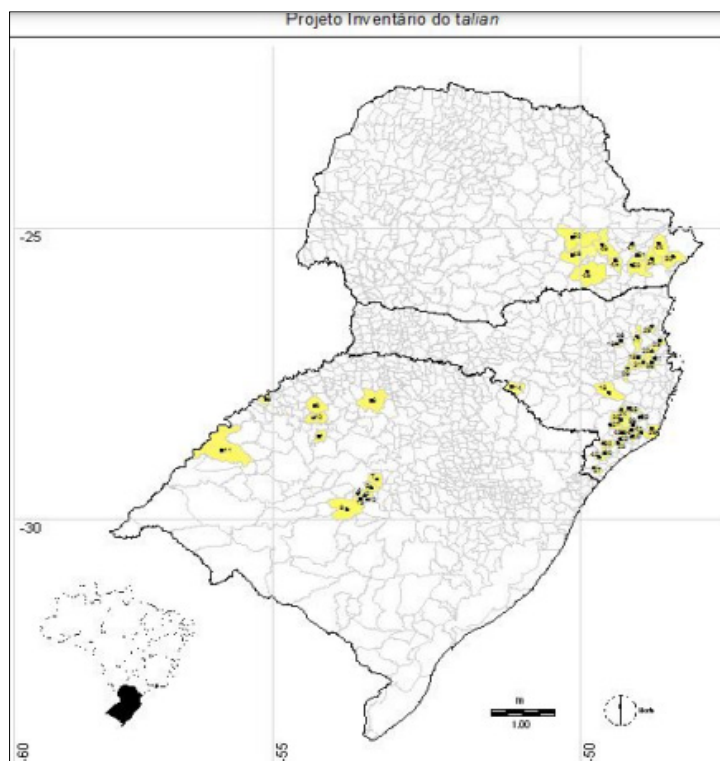
Também pode-se enfatizar os projetos desenvolvidos pelas universidades, como o projeto de extensão Cucagna Scola de Talian, que visa contribuir para a disseminação e salvaguarda da Língua Talian. É uma parceria entre a Universidade Estadual do centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO, por meio do Centro de Línguas, CEL, e a Associação dos Difusores do Talian, ASSODITA.

Em 2009, o Talian passa a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano, o Talian torna-se língua cooficial no município de Serafina Corrêa, através Lei n. 2.615/2009 e é o primeiro município a ter o Talian como língua cooficial.

Em 2014, o Talian é incluído no Inventário Nacional da Diversidade Linguística e é declarado Referência Cultural Brasileira pelo IPHAN.

O Talian é língua cooficializada em alguns municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No entanto, sabe-se que os imigrantes italianos também se instalaram em outros estados. No Paraná, há registros da língua Talian principalmente na região metropolitana de Curitiba e, certamente, esteve e está presente em outros municípios. De acordo com o Relatório Final do Projeto Piloto *Inventário do Talian* (2010), foram identificados 11 municípios no Estado com Paraná em que foram localizadas situações de uso da Língua Talian.

Mapa 1: Municípios de imigração italiana para a Região Sul (sem identificação de variedade)



Municípios de imigração italiana para a Região Sul (sem identificação de variedade)

Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná
1. Eugênio de Castro	14. Anita Garibaldi	28. Leoberto Leal
2. Faxinal do Soturno	15. Armazém	29. Luiz Alves
3. Giruá	16. Ascurra	30. Meleiro
4. Ivorá	17. Blumenau	31. Nova Trento
5. Nova Palma	18. Bom Retiro	32. Nova Veneza
6. Palmeira das Missões	19. Botuverá	33. Orleans
7. Pinhal Grande	20. Brusque	34. Pedras Grandes
8. Ponto Xavier	21. Canelinha	35. Rio Fortuna
9. Santa Maria	22. Cocal do Sul	36. Rodeio
10. Santo Ângelo	23. Criciúma	37. Santa Rosa do Sul
11. São Borja	24. Grão Pará	38. São João Batista
12. São João Polêsine	25. Itajaí	39. São Ludgero
13. Silveira Martins	26. Laguna	40. Treze de Maio
	27. Lauro Müller	41. Tubarão
		42. Turvo
		43. Urussanga
		44. Antonina
		45. Araucária
		46. Campo Largo
		47. Colombo
		48. Lapa
		49. Palmeira
		50. Paranaguá
		51. Piraquara
		52. Ponta Grossa
		53. São José dos Pinhais
		54. Morretes

Fonte: Mapa 6. Relatório final do Inventário do Talian. Disponível em: <https://assodita.org.br/wp-content/uploads/2016/10/1.1-Relat%C3%B3rio-Invent%C3%A1rio-Talian-Vers%C3%A3o-Final.pdf> Acesso em: 31 Mai 2024

O relatório foi um projeto piloto para o inventário das línguas de imigração e foi desenvolvido no período de março de 2009 a abril de 2010 pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Talian da Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. O trabalho desenvolvido mapeou as regiões em todo o território brasileiro para registrar a realidade e o contexto de uso da Língua Talian.

De 2014 para cá houve uma série de ações concretas em prol da difusão e da salvaguarda da Língua Talian, sendo a maior delas a oferta do ensino¹ desta língua de imigração na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas linguísticas, como o primeiro termo já denota – política – têm ligação direta com a atividade de governança e das relações de poder. Segundo Menezes (2024, n. p.), “O conceito de política tem origem no grego *politikós*, uma derivação de *polis* que significa “cidade” e *tikós*, que se refere ao “bem comum”. Sendo assim, as políticas linguísticas no Brasil regularam e regulam, até hoje, de acordo com as decisões das pessoas que estão no poder político-administrativo do país.

Neste sentido, as políticas linguísticas foram objeto de debates intensos ao longo da história, o que implicou em tensões sociais e culturais. Os momentos de maiores impactos, no que diz respeito ao uso da língua no Brasil, estão relacionados às grandes mudanças no cenário político administrativo do país, como o Diretório dos Índios, a política do Nacionalismo e a chamada Era Vargas.

Esses períodos, em que a língua portuguesa foi imposta e as demais foram proibidas, promoveram uma espécie de assassinato de línguas e, junto a isso, muitos elementos relacionados à língua, como costumes e tradições, foram rechaçados. As políticas nacionalistas enfatizavam a língua nacional como símbolo de identidade, o que levava pressão para que o imigrante adotasse a língua nacional.

Além disso, outro fator que contribuiu para a perda gradual das línguas dos imigrantes foi a marginalização das línguas de imigração, o que promoveu *status* de inferioridade em relação à língua nacional. Assim, muitas comunidades de imigrantes sofreram estigmatização, ocasionando também conflitos e uma atmosfera de divisão e exclusão.

Desta forma, muitas línguas, tanto as autóctones (aquelas originalmente faladas no país) e as alóctones (aquelas transplantadas de outra região, como ocorreu com o Talian e com outras línguas de imigração) resistiram em algumas regiões do Brasil, portanto são línguas com uma população minoritária.

¹ Maiores detalhes desta oferta de ensino do Talian podem ser buscadas em Loregian-Penkal e Dal Castel (2023 e no prelo).

As políticas linguísticas são fundamentais para a promoção da diversidade linguística e à proteção dos direitos linguísticos das minorias. Um exemplo disso é o reconhecimento da Língua Talian como Referência Cultural Brasileira pelo MinC e pelo IPHAN, que é um marco significativo na preservação e valorização das línguas minoritárias e de imigração.

Portanto, tomando como base o artigo 216 da Constituição Federal, que constitui como patrimônio material e imaterial aspectos relacionados à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e considera as formas de expressão, as línguas de imigração passam a ser respeitadas na forma da lei. Sendo assim, as políticas linguísticas precisam colaborar para a promoção e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. *In: NICOLAIDES, C. et al. (Orgs.). Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2014.

BUENO, Alexandre Marcelo. **Norma linguística, preconceito e imigração no Brasil**. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15160/9337> Acesso em: 02 Out. 2023

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Art. 2016**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf Acesso em: 03 Mar. 2024

FERRAZ, Aderlande Pereira. O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português. Universidade de Minas Gerais. **Filol. lingüíst. port.**, n. 9, p. 43-73, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/download/59772/62881/77209> Acesso em: 26 Nov. 2023

IPOL. **Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística**. Disponível em: <http://ipol.org.br/sobre-o-ipol>

LOREGIAN-PENKAL, Loremi; STIVAL-SOARES, Moisés Julierme. Centro de Estudos Vênetos no Paraná, CEVEP: Histórico E Principais Ações Em prol da salvaguarda do Talian. **Revista X**, v. 15, n. 6, p. 818-839, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/download/76757/42244> Acesso em: 02 Out. 2023

LOREGIAN-PENKAL, Loremi; DAL CASTEL, Juvenal Jorge. A gramática do Talian. *In: VIEIRA, Marcia; WIEDEMER, Marcos (Orgs.). Saberes em Sociolinguística*. SP: Parábola, 2023.

LOREGIAN-PENKAL, Loremi; DAL CASTEL, Juvenal Jorge. A Língua Talian e a Cultura Taliana: ações de salvaguarda da língua de imigração. *In*: LOREGIAN-PENKAL, Loremi; PINEZI, Gabriel (Orgs.). **Línguas minoritárias e literaturas menores**. (No prelo).

MENEZES, Pedro. Política. **Enciclopédia Significados**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/politica/> Acesso em: 20 Fev. 2024

MORAIS, Mauri da Cruz de. **A abordagem sociolinguística para a estrutura narrativa dos romances Segredo de Pedra e A Maldição do Padre**, de Ivo Gasparin. Dissertação de Mestrado. Unicentro: Guarapuava, 2021.

MOZZILLO, Isabella; SPINASSÉ, Karen Pupp. Políticas linguísticas familiares em contexto de línguas minoritárias. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 23, n. 4, p. 1297-1316, out.-dez. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/221216/001125320.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 Set. 2023

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. (org.) **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**: novas perspectivas em política linguística. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB). Florianópolis: IPOL, 2003

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Política linguística, política historiográfica**: epistemologia da história da (s) língua(s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional (1754-1830). Tese de Doutorado. UNICAMP: Campinas, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/e92f933a3boca404b70a1698852e4ebd.pdf> Acesso em: 13 Nov. 2023

PASINATTO, R. Políticas linguísticas no Brasil: da dominação dos nativos ao silenciamento dos imigrantes. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 149-174, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiodelinguagem/article/view/42006>. Acesso em: 14 Fev. 2024.

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. Tese de Doutorado. Unicamp: Campinas-SP, 1999. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=494127> Acesso em: 02 Out. 2023

RAJAGOPALAN. Kanavillil. Política Linguística: do que é que se trata, afinal? *In*: NICOLAIDES, C. *et al.* (Orgs.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013

RASO, T.; MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V. Os contatos linguísticos e o Brasil: Dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas. *In*: RASO, T.; MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V. (org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011

RELATÓRIO Final do Projeto - Piloto "Inventário do Talian". **Instituto Vêneto - Associação Cultural Educacional Novo Vêneto**. Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em:

<https://assodita.org.br/wp-content/uploads/2016/10/1.1.-Relat%C3%B3rio-Invent%C3%A1rio-Talian-Vers%C3%A3o-Final.pdf> Acesso em: 31 Mai. 2024

SILVA, Daniel Neves. **Ditadura Militar no Brasil**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/ditadura-militar-no-brasil.htm> Acesso em: 20 Fev. 2024

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; SOARES, Maria Elias. Um estudo sobre as Políticas Linguísticas no Brasil. **Rev. de Letras** – n. 33 - Vol. (1) - jan./jun. – 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15948/1/2014_art_sctsousamesoares.pdf Acesso em: 29 Set. 2023

TROUCHE, Lygia Maria Gonçalves. **O Marquês de Pombal e a implantação da língua portuguesa no Brasil**: Reflexões sobre a proposta do diretório De 1757. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_9.htm Acesso em: 13 nov. 2023

WEBER, A. F. O combate à imprensa em língua estrangeira no Brasil: políticas e ideias linguísticas na legislação da era Vargas. In: CAVALHEIRO, A. C. D.; MARCHESAN, A. C.; STÜBE, A. D.; HORST, C.; PAULA, L. M.; LUZ, M. N. S. (eds). **Entre as fronteiras do ensino, da pesquisa e da extensão**: estudos na área de Letras [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2020 Disponível em: <https://books.scielo.org/id/pcxf3/pdf/cavalheiro-9786586545258-02.pdf> Acesso em: 13 fev. 2024.

Recebido para publicação em: 10 mar. 2024.

Aceito para publicação em: 6 jun. 2024.